

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO BRASILEIRA VINTE E CINCO
ANOS DEPOIS

CURITIBA
2013

NAIJLA ALVES EL ALAM

ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO BRASILEIRA VINTE E CINCO
ANOS DEPOIS

Artigo de conclusão de curso de especialização do
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento
Econômico, setor de Ciências Sociais Aplicadas,
da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Armando João Dalla Costa

CURITIBA

2013

RESUMO

As Zonas de Processamento de Exportação estão presentes no Brasil desde o ano de 1988, a finalidade dessas áreas possui em seu contexto o modelo macroeconômico da teoria Keynesiana, quando demonstra a intervenção governamental na economia em prol do emprego e crescimento econômico. No entanto, é possível observar que até o presente momento, houve poucos avanços nessas Zonas de Processamento de Exportação. Atualmente essas áreas especiais continuam relevantes para o país, embora alguns pontos na legislação estejam sendo ajustados devido às inúmeras mudanças na economia global e as variáveis financeiras e políticas. Este estudo busca uma análise geral dos vinte e cinco anos desde a criação da primeira ZPE no estado do Tocantins, verificar o andamento e ressaltar que elas poderiam ser a melhor alternativa para aumentar as exportações brasileiras se estivesse em funcionamento, mas atualmente enfrenta desafios para continuar sendo viável.

PALAVRAS-CHAVE

zpe -zona de processamento de exportação, economia e desenvolvimento

ABSTRACT

The Export Processing Zones are present in Brazil since 1988, the purpose of these areas has the macroeconomic model of the Keynesian theory in context, when shows government intervention in the economy for employment and economic growth. However, it is possible to note that until the present moment, there is a little progress in these Export Processing Zones. Nowadays these special areas are still relevant to the country, although some points in the legislation are being adjusted due to the numerous changes in the global economy, financial and political variables. This study seeks an overview of the twenty-five years since the creation of the first EPZ in the state of Tocantins, to verify the progress and to highlight that, they could be the best alternative to increase Brazilian exports if in operation, but currently faces challenges to remain viable

KEY WORDS

epz – export processing zone, economy and development

1. INTRODUÇÃO

As Zonas de Processamento de Exportação – ZPE têm na sua premissa a inserção de produtos brasileiros no mercado internacional, aumento das exportações com geração de empregos e desenvolvimento regional, remetendo ao tema economia, desenvolvimento e comércio exterior onde a participação brasileira ainda deixa muito a desejar. No ano de 1960 o comércio internacional do Brasil era de 1,11% passando para 1,44% em 2012, ou seja, 52 anos depois o país que hoje é a 7ª economia mundial apresentou um crescimento de apenas 0,33% nas suas exportações (MDIC, 2012). Esse resultado não foi pior porque muitas empresas brasileiras estão internacionalizadas, seja através de filiais no exterior como as grandes transnacionais, ou através de venda direta e indireta, ou seja, de alguma maneira os produtos nacionais chegam ao exterior. Entretanto, nenhuma dessas exportações é proveniente de empresas instaladas em Zonas de Processamento de Exportação. Ao longo dos anos, a balança comercial brasileira mantém-se oscilante e, quando positiva, impulsionada pelos produtos agrícolas, consolidando o país como grande exportador de *commodities*, produtos esses que ajudam a manter o equilíbrio da balança. Devido a fraca atuação e pouca diversificação da matriz exportadora, o Brasil ainda não se consolidou como exportador de produtos acabados.

Para entender melhor as Zonas de Processamento de Exportação numa breve introdução, são áreas aduaneiras em formato de condomínios industriais em áreas específicas que vão desde 14 até 925 hectares em diferentes cidades do país, nas quais todos os benefícios e incentivos possuem validade de 20 anos podendo ser renovados pelo mesmo período (MDIC, 2013).¹

2. HISTÓRICO DAS ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO

A criação das ZPE no início da década de 1980 acompanhou uma tendência mundial. Ao contrário de outros países que viram essa ideia sair do papel rapidamente, no Brasil a efetiva criação e funcionamento não aconteceu e se arrastam até os dias atuais, com 23 ZPE registradas, áreas demarcadas e intenção de criação de novas áreas, inicialmente apontadas como solução para o desenvolvimento de algumas regiões do país. O texto base apresenta

¹ As empresas para instalar-se nessas áreas, precisam apresentar um projeto para que seja avaliado e aprovado antes de qualquer investimento no local, o projeto industrial pois demonstra o efetivo interesse econômico para a implantação da área bem como para a viabilidade do regime em novas localidades.

como condições mínimas de que 80% dos produtos fabricados devem ser exportados, percentual considerado alto e atualmente inviável (MDIC, 2013).

No dia 09 de Julho de 2013, foram aprovadas pelo senado modificações no percentual da exportação, mas a mudança ainda encontra-se na câmara para votação. No texto modificado o percentual cai para 60% para venda no mercado externo e 40% no mercado interno, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Além disso, há uma implantação em forma gradual e progressiva, passando de 20%, para 40% e depois 60%. No que se refere às indústrias de *software* e prestadores de serviços de tecnologia da informação o percentual poderá ser de 50% fixos (MDIC, 2013).

Atualmente apenas 20% da produção restante podem ser comercializadas em território nacional (Projeto de Lei 146/96) sobre a qual incidirão todos os impostos vinculados a transação como IPI, ICMS, COFINS, e PIS-PASEP, entre outros. Sendo assim, as empresas instaladas nesses locais não representam concorrência desleal para as empresas em operação no país. Há ainda outros benefícios, como por exemplo, toda matéria-prima e serviços utilizados pelas empresas instaladas nessas áreas, terão isenção de impostos, conforme (Lei 11.508/2007 alterado pela lei nº 11.732/2008, nº 12.507/2011 e nº 12.767/2012), bem como pelo decreto (nº. 6.634/2008, nº. 6.759/2009, e nº. 6.814/2009); Resoluções da ZPE; Instrução Normativa SRF nº 952/2009 e portaria RFB nº 3.518/2011 (MDIC, 2013).

Espera-se que o funcionamento efetivo dessas áreas contribua para a geração de empregos nas diversas regiões onde estão instaladas e aumente a competitividade das exportações brasileiras como ocorreu em diversos países. No mundo são cerca de três mil áreas como essas gerando mais de três milhões de empregos, com destaque para as ZPE's da China, Cingapura, Coreia do Sul e Taiwan.

No ano de 2006 havia cerca de 3.500 Zonas de Processamento de Exportação ou áreas similares de livre comércio em 130 países, empregando 66 milhões de pessoas, onde os tipos de empresas instaladas vão desde têxtil, petróleo, automotivo, químico, processamento de alimentos até empresas de turismo (ILO, 2007).

Para MENDES (2004, p.175):

Dois dos objetivos econômicos globais é a máxima produção de bens e serviços e a manutenção do pleno emprego. Os níveis máximos possíveis de produção, geralmente, não são alcançados porque os recursos não são plenamente empregados. A análise das causas do hiato entre a produção real e a potencial constitui uma das preocupações centrais da macroeconomia, que tem como uma das principais fontes a obra Teoria geral do emprego, dos juros e da moeda, de Keynes.

É sabido que a industrialização gera empregos tanto diretos quanto indiretos e crescimento interno, não necessariamente desenvolvimento, mas movimenta a economia como um todo.

Para DOWBOR (1984, p.37):

Terceiro ponto importante, a industrialização acarreta a multiplicação de economias externas; abrem-se estradas, formam-se trabalhadores, estende-se a rede de comercialização, desenvolvem-se os transportes e comunicações, constituindo um conjunto de infra-estruturas que tornam mais barato o funcionamento de cada empresa nova que se instala. Em fim, ponto chave, a revolução industrial, ao generalizar a utilização de tecnologia e ao desenvolver a produção de ferramentas, leva à modernização das atividades agrícolas.

As Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) estão buscando cada vez mais consolidarem-se em meio a críticas, alterações nas legislações, problemas de infraestrutura regional, questões políticas, econômicas entre outras.

A contribuição das ZPE é a agregação de valor dos produtos das cadeias produtivas já mapeadas pelo governo, ou seja, o Brasil é abundante em algumas matérias-primas que são enviadas ao exterior *in natura* e retornam processadas com valor agregado por falta de tecnologia e indústrias disponíveis para fazê-lo no país. Um exemplo é o Nióbio, matéria prima utilizada nas telas sensíveis ao toque, hoje encontrado em inúmeros aparelhos eletrônicos e o Brasil detém 96% das reservas mundiais (GALILEU, 2012). Mas o mapeamento dos produtos brutos mencionados no texto do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC são mais conhecidos por todos como: o minério de ferro e aço, soja, café, alumínio, madeira e móveis, couro e calçados.

3. AS ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO BRASILEIRA

Uma das funções das ZPE é atrair indústrias interessadas em processar com tecnologia e inovação *commodities* e devolvê-los ao mundo com valor agregado, e o governo oferece incentivos relevantes para as empresas que desejam instalar-se nessas áreas. (MDIC, 2013).

3.1 Localização das Zonas de Processamento de Exportação no Brasil

Abaixo consta relação das Zonas de Processamento de Exportação suas respectivas cidades e estados bem como a data que foi criada através de Decreto Lei.

Tabela 1 - Áreas destinadas para a instalação de ZPE

ZPE - Criada até 1994	Data	ZPE - Criada até 2011	Data
Araguaína - TO	08/09/1989	Aracruz – ES	23/12/2010
Barcarena – PA	18/08/1993	Assú – RN	11/06/2010
Cáceres – MT	07/03/1990	Barra do Coqueiro – SE	22/12/2010
Corumbá – MS	01/12/1993	Bataguassú – MS	01/07/2010
Ilhéus – BA	02/05/1989	Boa Vista – RR	01/07/2010
Imbituba – SC	29/04/1994	Fernandópolis – SP	11/07/2011
Itaguaí – RJ	14/10/1994	Macaíba – RN	11/06/2010
João Pessoa – PB	14/10/1994	Parnaíba – PI	01/07/2010
Rio Grande - RS	01/12/1993	Pecém – CE	17/06/2010
São Luís – MA	18/08/1993	Senador Guionad - AC	01/07/2010
Teófilo Otoni – MG	14/10/1994	Supepe – PE	29/01/2010
Vila Velha – ES	14/10/1994		

Fonte: www.mdic.gov.br

No quadro acima é possível observar que desde 1989 existia uma proposta de industrialização com prioridade para a exportação nas cidades menos desenvolvidas do país, cumprindo com um dos objetivos da ZPE. Dos 27 estados brasileiros apenas 07 não possui uma área como essas.

3.2 Principais benefícios para as Empresas instaladas em ZPE

a) Tributário

Aquisição de bens e Serviços no Mercado Interno:

Suspensão da exigência de:

- IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados;
- COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social;
- PIS/PASEP – Programa de Integração Social / Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.

Aquisição de bens e Serviços no Mercado Externo:

Suspensão da exigência de:

- II – Imposto de Importação;
- AFRMM – Adicional sobre Frete para Renovação da Marinha;
- IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados;
- COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Importação;

- PIS/PASEP – Programa de Integração Social / Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Importação.

b) Administrativos

As operações de importação e exportação das empresas instaladas em ZPE estão dispensadas de licenciamento e de autorização, por parte dos órgãos do Governo Federal.

Exceções:

- Controles de interesse de segurança nacional, de ordem sanitária, e de proteção ao meio-ambiente;
- Exportações de produtos destinados a países que o Brasil mantenha convênio de pagamentos; sujeitos ao regime de cotas de exportação; e de produtos sujeitos ao IE.

c) Cambiais:

Os limites do artigo 1º da Lei 11.371/2006 (manutenção, no exterior, das receitas obtidas com exportações) não se aplicam as empresas instaladas em ZPE (parágrafo único do artigo 15 da Lei n 11.508/2007).²

3.3 Limitações das Empresas Instaladas nas ZPE.

- Mínimo de 80% da receita bruto decorrente das exportações;
- Vetada a construção de filiais ou participação jurídica em outra empresa fora da ZPE;
- Necessidade de apresentação de projeto e aprovação para instalar-se;
- Suspensão tributária apenas para aquisição de bens de capital, matérias-primas, produtos intermediários, e materiais de embalagem.
- As empresas operam com a mesma disposição legal e regulamentação aplicadas para as empresas nacionais observar ressalva da Lei nº 11.508/2007.

A aprovação dos projetos industriais nas ZPE compete ao CZPE – Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação, com base em Parecer da Secretaria Executiva da CZPE. (MDIC, 2013)

² Atualmente, entretanto, a Resolução CMN n 3.719/2009 possibilita ao exportador de mercadorias ou de serviços manter, no exterior, a integralidade dos recursos relativos ao recebimento de suas exportações.

4. FINALIDADE DAS ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO

No total são sete finalidades no regime brasileiro das Zonas de Processamento de Exportação – ZPE.

4.1. Atração de Investimento Estrangeiro e Fortalecimento do Balanço de Pagamentos

O comércio global é dinâmico e o que leva um investidor a instalar uma nova unidade num determinado país ou região são as vantagens que ele receberá pelo esforço empregado no novo empreendimento levando em conta o risco país. Do ponto de vista econômico quando há queda de juros não é mais vantagem deixar o dinheiro no banco isso facilita o investimento em negócios. No geral juros baixos incentivam compra de equipamentos, geração de empregos com maior renda incrementando ou elevando o PIB do país. A criação das ZPE é uma forma de atração de investimentos externos e geração de emprego e renda, não somente na indústria, mas o entorno da região modifica-se, a infraestrutura sofre adaptações e melhorias para receber a demanda pressionando as contratações no setor de comércio e serviços.

Para MENDES (2004, p. 250):

O balanço de pagamentos de um país é o resumo contábil das transações econômicas que esse país faz com o restante do mundo, durante certo período de tempo. A partir desse balanço, pode-se avaliar a situação econômica internacional do país. Os três principais componentes do balanço de pagamento são: a) a balança comercial (que engloba os fluxos de exportações e importações); b) a balança de serviços (que inclui os fretes e seguros, viagens internacionais e turismo, e renda de capital como lucros e juros); c) a balança (ou movimento) de capitais (englobando investimentos, empréstimos e financiamentos de curto, médio e longo prazos e também amortizações).

O objetivo central das ZPE é atrair novas indústrias com propósito específico para o mercado externo, sendo que não se aplica para as que estão instaladas no país e que queiram expandir seus negócios. Atualmente há revisão da legislação e espera-se com a redução do percentual de exportação para 60% ou até 50% (de acordo com cada caso) desperte o interesse das novas empresas, bem como contribua para a aceleração das obras de infra-estrutura.

A tabela abaixo traz exemplos de áreas similares às Zonas de Processamento de Exportação brasileiras em outros países que possuem uma disposição diferenciada, podendo

ser tanto áreas pequenas, médias e grandes dentro ou fora de condomínios quanto cidades inteiras. Na tabela abaixo a China está destacada como possuidora de todas as modalidades.

Tabela 2 – Tipos de Zonas de Exportação

Zonas de Exportação Mundial

WA	Grandes Áreas ³	Áreas Pequenas ⁴	Indústria específica ⁵	Performance Específica ⁶
País ou Território	WA	AS	IS	OS
ARGÉLIA		✓		
SAMOA AMERICANA		✓		
ANGOLA		✓		
ARGENTINA		✓		
ARUBA		✓		
AUSTRÁLIA		✓		
ÁUSTRIA		✓		
BELIZE		✓		
BERMUDA			✓	
BOLÍVIA		✓		
BRASIL	✓	✓		
BULGÁRIA		✓		
BURUNDI		✓		
CAMARÕES		✓		
CABO VERDE		✓		
ILHAS CAYMÃ			✓	
CHILE		✓		
CHINA (MAINLAND)	✓	✓	✓	✓

Fonte: www.wepza.org

Nos países acima as empresas não precisam necessariamente estar em um condomínio para ser uma área livre para exportação. O modelo chinês é um exemplo de política voltada para a exportação que deu certo aumentou o volume de exportação de US\$ 18 bilhões em 1980 para US\$ 1.578 bilhões em 2010. (MDIC, 2013).

No Brasil o balanço de pagamento dos primeiros meses do ano de 2013 indica a necessidade do aumento das exportações. (MDIC, 2013).

³ Áreas grandes com população residente como as Zonas Econômicas especiais da China ou novas cidades (www.wepza.org).

⁴ Zonas que geralmente são menores que 1.000 hectares, normalmente cercados em volta. Investidores devem estar locados na zona para receber os incentivos. A população não mora no local mas em alguns casos pode haver dormitório para funcionários (www.wepza.org).

⁵ Zonas que são criadas para apoiar as necessidades de um setor específico como jóias, petróleo e gás, eletrônica, têxtil, turismo, etc. As empresas que investem na zona podem estar localizadas em qualquer parte e receber os benefícios. Exemplos incluem zonas de jóias da Índia, ou muitas zonas bancárias *offshore* (www.wepza.org).

⁶ Zonas que admitem somente investidores que possuem alguns requisitos como graduação em exportação, nível de tecnologia, tamanho de investimento, etc. Empresas podem estar localizadas em qualquer lugar. Exemplo inclui as empresas orientadas para exportação da Índia, o programa Maquila do México ou centros de pesquisas (www.wepza.org).

Tabela 3 – Balanço de Pagamento transações no comércio internacional (em US\$ milhões)

V.1 – Balanço de pagamentos					
Discriminação	2012*			2013*	
	Mai	Jan-mai	Ano	Mai	Jan-mai
Balança comercial (FOB)	2 962	6 262	19 415	759	- 5 392
Exportações	23 215	97 861	242 580	21 822	93 290
Importações	20 252	91 598	223 164	21 064	98 682
Serviços	- 3 677	- 16 243	- 41 044	- 4 380	- 18 944
Rendas	- 2 988	- 12 007	- 35 448	- 2 962	- 16 528
Transferências unilaterais correntes (líquido)	281	1 137	2 846	164	1 273
Transações correntes	- 3 422	- 20 851	- 54 230	- 6 420	- 39 592
Conta capital e financeira	4 943	41 387	70 154	6 638	46 233
Conta capital	206	744	- 1 877	99	509
Conta financeira	4 737	40 643	72 030	6 539	45 723
Investimento direto (líquido)	2 606	30 025	68 093	10 852	27 139
No exterior	- 1 109	6 118	2 821	6 972	4 283
Participação no capital	- 1 441	- 2 006	- 7 555	- 1 206	- 7 384
Empréstimos intercompanhias	332	8 124	10 377	8 178	11 667
No país	3 716	23 907	65 272	3 880	22 856
Participação no capital	3 055	19 844	52 838	2 657	14 672
Empréstimos intercompanhias	661	4 063	12 434	1 223	8 184
Investimentos em carteira	- 2 301	1 133	8 770	4 501	11 452
Ativos	- 42	- 5 209	- 7 764	82	- 3 586
Ações	- 241	- 1 222	- 2 275	- 38	- 440
Títulos de renda fixa	198	- 3 987	- 5 489	121	- 3 147
Passivos	- 2 259	6 342	16 534	4 418	15 039
Ações	- 2 424	2 750	5 600	1 906	9 631
Títulos de renda fixa	165	3 592	10 934	2 512	5 408
Derivativos	3	41	185	23	79
Ativos	1	26	150	57	164
Passivos	2	15	35	- 34	- 85
Outros investimentos ^{1/}	4 429	9 443	- 5 018	- 8 838	7 052
Ativos	- 1 015	- 1 535	- 24 547	- 11 967	- 11 316
Passivos	5 444	10 978	19 529	3 130	18 368
Erros e omissões	- 445	615	2 976	386	958
Variação de reservas (- = aumento)	- 1 077	- 21 151	- 18 900	- 604	- 7 599
Memo:					
Resultado global do balanço	1 077	21 151	18 900	604	7 599
Transações correntes/PIB (%)	-	- 2.27	- 2.41	-	- 4.18
IED/PIB (%)	-	2.60	2.90	-	2.41

Fonte: www.bcb.gov.br

Nos dados preliminares do Balanço de Pagamento entre Janeiro e Maio de 2013 é possível verificar o déficit das exportações brasileiras em relação às importações em comparação com 2012. O efetivo funcionamento das Zonas de Processamentos de Exportação iria reverter esses números consideravelmente (Banco Central, 2013).

O Brasil atualmente é um dos países que mais recebe investimento estrangeiro direto (IED), pela avaliação dos dados econômicos e políticos o Brasil possui uma nota internacional para quem deseja investir no país, onde o risco país está classificado como A3 o que corresponde a “risco aceitável”, e quanto a clima para negócios possui A4 “risco bastante aceitável” (COFACE, 2013).

A Rede Nacional de Informações sobre o Investimento - RENAI disponibiliza dados sobre investimentos no Brasil, na página do MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Para FURLAN (2006, p.8):

A estratégia de comércio exterior adotada pelo Brasil a partir de 2003 e que conduziu ao recorde de US\$ 120 bilhões de exportações em 12 meses, batido em janeiro de 2006, está longe de ser resultado do improviso. Ela começou a ser desenhada no final de 2002 e foi posta em prática nas primeiras semanas de 2003. Diante das circunstâncias que vigoravam naquele momento, se alguém dissesse que o país alcançaria em apenas três anos um saldo comercial superior a US\$ 44 bilhões seria chamado, na melhor das hipóteses, de sonhador. Para se ter uma ideia do quanto essa cifra parecia distante, vale lembrar que, em 2002, sob uma taxa de câmbio extremamente generosa para os exportadores, nossas vendas internacionais alcançaram US\$ 60,3 bilhões – pouco mais da metade do resultado que seria registrado em 2005. E o saldo comercial daquele exercício, de US\$ 13,1 bilhões, foi saudado como o melhor resultado de uma década.

Para o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva), Luiz Fernando Furlan, a abertura real de fronteiras com regras claras e saudáveis com o apoio do governo incentivaria o Brasil a obter melhores resultados.

4.2. Criação de empregos e Redução dos desequilíbrios regionais

Para o tema ZPE a criação de emprego está diretamente ligada a novas indústrias de transformação com a geração de postos de trabalho, esperando com isso obter redução no desequilíbrio regional e principalmente porque estão localizadas no interior do país.

Para MENDES (2004, p.188):

O papel do governo: Keynes demonstrou a importância da intervenção governamental na economia numa situação em que o consumo e o investimento privado não são capazes de sustentar a demanda agregada e o pleno emprego. Nesse caso, a participação do governo pode evitar crise ou ajuda a sair delas.

A criação de empregos em algumas regiões do Brasil ocorre somente se houver incentivos devido a inúmeras variáveis, por esse motivo há algumas regras a serem seguidas para que uma empresa seja instalada numa área denominada ZPE.

Para evitar a migração das pequenas cidades para os grandes centros que é um fenômeno crescente no país, cujo destino principalmente são as regiões mais desenvolvidas, onde pessoas do interior do país por falta de opção de trabalho migram para esses locais que demandam mão de obra, pelo fato de que as indústrias costumam instalar-se nas localidades com infra-estrutura, próximo de portos e aeroportos, escolas, hospitais e mão de obra qualificada, incentivando indiretamente a migração, criaram-se as áreas das ZPE.

Mesmo o Brasil vivendo momento favorável para o emprego, chegando próximo da plena ocupação em algumas regiões do país como no estado do Paraná, que é o terceiro do país a criar postos de trabalho no setor de indústria de transformação (AEN-PR, 2013), muitos outros estados vivem situações negativas, e esse cenário fez com que nos últimos 12 meses houvesse a diminuição de postos de trabalho na indústria de transformação em nível nacional, com a eliminação de 141 mil postos de trabalho, percentual de - 4,8% (DIEESE, 2013).

Por meio da exportação, é possível fazer um país crescer, gerar empregos e aumentar a renda interna. Foi o que fez o Japão um exemplo para o Brasil o qual, infelizmente, ainda exporta muito pouco se considerando o potencial que tem (MENDES, 2004, p. 252).

Para KRUGMAN (2004, p.42):

Há dois motivos pelos quais o comércio internacional tem fortes efeitos sobre a distribuição de renda. Primeiro, os recursos não podem se mover imediatamente ou sem custos elevados de uma indústria para outra. Segundo, as indústrias diferem quanto aos fatores de produção que demandam: uma alteração no conjunto dos bens que um país produz reduzirá consideravelmente a demanda por alguns fatores de produção, enquanto eleva a demanda por outros.

A região Nordeste possui o maior número de municípios com ZPE total de 09 com duas capitais João Pessoa (PB) e São Luis (MA), seguido pela região Sudeste com 05 municípios onde também há uma capital Vila Velha (ES), a região Norte com 03 municípios,

inclusive a capital Boa Vista (RR), Centro-Oeste com 03 municípios e a região Sul com 02 municípios.

Tabela 4 Evolução do emprego formal de janeiro a outubro de cada ano, por município, com ajustes¹. - Período: Janeiro a Dezembro de 2002 a 2011.

MUNICÍPIO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
AC - Senador Guiomard	5	46	16	85	85	15	51	132	-35	10
ES - Aracruz	-1693	598	894	1161	2565	763	-473	2686	2,034	-353
MS - Bataguassú	589	86	364	242	557	70	-398	517	545	-981
SE - Barra dos Coqueiros	69	-203	91	-277	-76	-22	220	679	-151	-17
RR - Boa Vista	943	475	1568	2488	3302	2147	1470	1453	3,678	2,174
SP - Fernandópolis	53	-61	678	707	835	1042	951	430	1,604	1022
RN - Macaíba	-29	191	557	190	224	452	78	-151	511	113
CE - São Gonçalo do Amarante	-70	32	170	287	239	556	-105	47	3,100	223
PE - Jaboatão dos Guararapes	2876	480	3110	4743	4069	5568	5831	4044	4983	7399
TO - Araguaína	641	434	1193	1128	1069	1074	1625	569	1,834	1497
PA - Barcarena	2352	-1167	3099	4037	585	2548	-4893	-1088	1,840	1769
MT - Cáceres	577	547	237	455	-32	269	448	389	-31	533
MS - Corumbá	369	373	390	661	281	742	283	-218	873	943
BA - Ilhéus	781	820	1428	1526	330	787	342	998	1695	685
SC - Imbituba	42	372	248	216	174	-120	218	260	244	210
RJ - Itaguaí	515	182	849	1621	2066	1223	2098	1603	4,130	7,039
PB - João Pessoa	5165	-492	4525	5512	7111	6799	5414	8389	11512	7841
RS - Rio Grande	899	1000	1738	1036	1947	1609	781	748	2,783	3170
MA - São Luis	1358	5637	4917	10019	12067	13600	15175	-3027	30364	12606
MG - Teófilo Otoni	751	132	771	1119	439	1195	497	1043	2,371	-151
ES - Vila Velha	2729	1960	5104	4648	4858	4579	6414	2938	5419	6680

Fonte: http://portal.mte.gov.br/caged_mensal/principal-4.htm

¹ Ajustes recebidos de janeiro a dezembro de cada ano, relativo aos meses de janeiro a novembro de cada ano.

É possível observar na tabela acima nas cidades que abrigam as ZPE, a movimentação de postos de trabalho aumentou, em algumas cidades como: Barcarena – PA, Barra dos Coqueiros – SE e Senador Guiomard – AC, os postos de trabalho formal diminuíram ou ficou praticamente estagnado seria necessária uma pesquisa mais aprofundada para saber o motivo.

Nas Zonas de Processamento de Exportação, espera-se que haja priorização do uso de tecnologia gerando menos empregos diretos em contrapartida a criação de empregos indiretos pode corresponder ao triplo de postos de trabalho direto.

Abaixo a balança comercial do Brasil entre os meses de janeiro a julho de 2013.

Tabela 5 - Balança Comercial Brasileira Janeiro a Julho /2013

Período	Dias Úteis	EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO		CORR. COMÉRCIO		SALDO	
		Valor	Média p/ dia útil	Valor	Média p/ dia útil	Valor	Média p/ dia útil	Valor	Média p/ dia útil
Julho (até a 2ª semana)	10	9.034	903,4	9.455	945,5	18.489	1.848,9	-421	-42,1
1a. semana (01 a 07)	5	4.794	958,8	4.596	919,2	9.390	1.878,0	198	39,6
2a. semana (08 a 14)	5	4.240	848,0	4.859	971,8	9.099	1.819,8	-619	-123,8
Acumulado no ano	133	123.457	928,2	126.970	954,7	250.427	1.882,9	-3.513	-26,4
Janeiro	22	15.967	725,8	20.007	909,4	35.974	1.635,2	-4.040	-183,6
Fevereiro	18	15.549	863,8	16.828	934,9	32.377	1.798,7	-1.279	-71,1
Março	20	19.320	966,0	19.157	957,9	38.477	1.923,9	163	8,2
Abril	22	20.631	937,8	21.626	983,0	42.257	1.920,8	-995	-45,2
Maiο	21	21.822	1.039,1	21.064	1.003,0	42.886	2.042,2	758	36,1
Junho	20	21.134	1.056,7	18.833	941,7	39.967	1.998,4	2.301	115,1
Julho	10	9.034	903,4	9.455	945,5	18.489	1.848,9	-421	-42,1
Julho/2012	22	21.003	954,7	18.137	824,4	39.140	1.779,1	2.866	130,3
Junho/2013	20	21.134	1.056,7	18.833	941,7	39.967	1.998,4	2.301	115,1
Var. % Julho-2013/Julho-2012			-5,4		14,7		3,9	-114,7	-132,3
Var. % Julho-2013/Junho-2013			-14,5		0,4		-7,5	-118,3	-136,6
Jan-Julho/2013 (até a 2ª semana)	133	123.457	928,2	126.970	954,7	250.427	1.882,9	-3.513	-26,4
Jan-Julho/2012 (até a 2ª semana)	135	126.503	937,1	118.730	879,5	245.233	1.816,5	7.773	57,6
Var. % Jan/Jul 2013/2012			-0,9		8,5		3,7		

Fonte: www.desenvolvimento.gov.br

Os números da balança comercial acima, apresentam resultados desfavoráveis ao comércio exterior brasileiro. Sabe-se que o total das importações que contribui para o desequilíbrio da balança comercial não corresponde somente a produtos industrializados, mas também matéria-prima necessária para manufatura e tem peso significativo, muitas vezes a matéria-prima importada é mais barato do que o produto nacional outras vezes o insumo não está disponível no país, mas essa é uma situação a ser analisada com mais detalhe, a preocupação com a balança comercial é de que o Brasil exporte também produtos acabados.

Para MENDES (2004, p.190):

O crescimento econômico de um país (principalmente no caso do Brasil, que tem um elevado crescimento populacional) é, provavelmente, o mais importante objetivo da política econômica, uma vez que significa maior quantidade de bens e serviços disponíveis para a sociedade. Se a produção cresce a uma taxa superior à da população, diz-se que a produção por pessoa (a renda per capita) está aumentando. Aliás, esse talvez seja o único caminho para melhorar o nível de renda de um país. Como produção tem tudo a ver com nível de emprego (incluem-se aqui não só a mão-de-obra, mas também outros fatores, como o emprego de recursos naturais e de capital), a expansão da produção leva à geração de maior nível de empregos.

A geração de empregos em relação ao crescimento populacional é sem dúvida um fator importante, o Brasil ainda não é um dos países mais populosos do mundo, mas houve aumento da perspectiva de vida, demandando novas vagas.

Uma variável significativa da economia é a inflação com maior renda, menor taxa de juros e aumento do consumo que gera novos postos de trabalho, sabe-se que o trabalhador poupa parte do seu salário mesmo comprando bens de consumo duráveis em algum momento esta necessidade será sanada e outras prioridades virão como por exemplo, educação de melhor qualidade, alimento, lazer e cultura.

4.3. Difusão Tecnológica e Competitividade das Exportações Brasileiras

O que se espera das empresas que irão instalar-se nessas áreas, é que utilizem tecnologia moderna capaz de transformar processos e que não gere mão de obra em massa e desqualificada. A tecnologia favorece a produtividade, porque as empresas que produzem bens com vantagem comparativa podem ter a tecnologia como aliado, se o produto é diferenciado ele tem grandes chances de tornar-se um sucesso em outras culturas. Quanto mais tecnologia empregada num determinado produto mais valioso ele torna-se e quando fabricado em grande escala a produtividade aumenta, a mão de obra torna-se mais especializada, os salários serão maiores consequentemente parte desse ganho voltará para

economia e a outra parte será poupado. Espera-se que as empresas que irão instalar-se nas ZPE contribuam com o processo de fabricação mais inovador gerando produtos nacionais que possam competir com os produtos vendidos no exterior, ou seja, não basta produzir será preciso investir no processo produtivo tecnológico.

Para MENDES (2004, p.277 - 278):

Para ser mais competitiva uma empresa necessita fazer três “coisas”: ter maior produtividade (isso significa, por exemplo, produzir 7 a 8 mil quilos de milho por hectare, ter uma vaca que produza 25 litros de leite por dia, ou um fabricante de geladeira, por exemplo, tenha uma produção, por empregado, em razão da automação, de cerca de quatro aparelhos por dia). Maior produtividade só se consegue investindo em tecnologia. Obter menor custo unitário (ou médio), pois a relação entre este a produtividade é inversa; ou seja, produzir mais barato somente é possível com maior produtividade. Alcançar melhor qualidade dos produtos. Em termos de qualidade, ainda temos muito que melhorar. Basta dizer que a indústria de fiação e tecelagem ainda preferem o algodão importado, porque a fibra é melhor; que a indústria de panificação prefere o trigo importado ou que o consumidor norte-americano prefere o café colombiano, de melhor qualidade. O sucesso de qualquer empresa se resume no seguinte: produzir barato algo diferenciado.

Por razões acima mencionadas, o Brasil precisa de empresas diferenciadas nas ZPE, a experiência nessa modalidade ao redor do mundo demonstra que em muitos países o trabalho efetuado nessas áreas é de mão de obra intensiva e barata com conteúdo tecnológico baixo com ênfase na produção em massa, mas espera-se que 25 anos depois com mudanças na economia global, a tendência é a diminuição do processo braçal em algumas fábricas, a substituição da presença humana em massa por robôs automatizados de alta performance, que executem o trabalho que seria fatigante, de alta precisão ou até mesmo prejudicial à saúde humana, em contrapartida a produtividade dos trabalhadores torna-se maior pelo uso ou operação de processos e máquinas com teor tecnológico elevado, a presença humana é indispensável. As máquinas não funcionam sozinhas, elas são programadas, supervisionadas, ajustadas e controladas por trabalhadores qualificadas.

A tecnologia não só desloca a curva de oferta de um produto para a direita, mas a torna mais elástica. Ou seja, com um pequeno aumento de preço, o produtor tem grande capacidade de elevar em muito sua produção (MENDES, 2002, p.118).

A decisão das empresas estrangeiras em difundir a sua tecnologia fora dos seus limites geográficos pode ser estratégica ou até mesmo mercadológica, sendo uma vantagem para o Brasil e suas ZPE.

Enquanto da reformulação da legislação da ZPE, espera-se que a votação na câmara seja favorável à modificação no percentual da exportação principalmente para indústrias de

software e prestadores de serviços de tecnologia da informação com os 50% fixos cria-se oportunidades para esses dois segmentos.

O resultado da tabela abaixo, mostra a oscilação da produção física da indústria brasileira desde dezembro/12 até maio/13.

Tabela 6 – Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física no Brasil

Produção Física Brasil

Índice Especial: Difusão do Indicador

Mensal (%)

Indústria Geral e Categorias de Uso	Dec-12	Jan-13	Feb-13	Mar-13	Apr-13	May-13
Bens de Capital	70	49	44	42	70	47
Bens Intermediários	55	52	60	60	62	49
Bens de Consumo Duráveis	62	57	50	50	71	43
Bens de Consumo Semi e Não Duráveis	63	54	58	65	62	41
Indústria Geral	60	52	58	60	63	46

*Percentual de produtos cuja variação acompanha o sentido do índice mensal (mês contra igual mês do ano anterior). Se o indicador é positivo, mostra o percentual de produtos em crescimento e, em caso contrário, o percentual de produtos em queda.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, coordenação de Indústria.

Sendo o aumento da competitividade das exportações brasileiras uma das finalidades da criação das ZPE, espera-se então que inúmeras indústrias de transformação se instalem nessas áreas.

Segundo o Banco Mundial, os produtos de alta tecnologia perderam espaço na pauta de exportações brasileiras, mesmo as *commodities* sendo responsável pelo maior volume das exportações não são competitivas se comparada com os mesmos produtos em países mais desenvolvidos, devido a problemas como infra-estrutura e educação que também são entraves para a melhoria das exportações brasileiras (Banco Mundial, 2013).

O foco das ZPE é exportação, os produtos fabricados no Brasil teriam mais de 200 mercados a serem explorados com maior ou menor vantagem comparativa.

A essência das vantagens comparativas no comércio internacional é de que “o comércio entre dois países pode beneficiar ambos os países se cada um produzir os bens nos quais possui vantagens comparativas” (KRUGMAN, 2004, p.15).

Os produtos diferenciados produzidos em menor tempo possuem um preço maior do que o produto tradicional que leva mais tempo para ser produzido e o seu preço de venda é menor com isso a tecnologia aliada à produtividade pode ser uma combinação efetiva.

4.4 Promover o Desenvolvimento Econômico e Social do País

É importante ressaltar que até a década de 1990 o Brasil era uma economia com pouca abertura pode-se considerar uma economia fechada, e que houve três períodos distintos da história econômica que afetou o desenvolvimento do país, iniciando pelo período de crescimento rápido passando pelo declínio e atingindo a época perdida a década de 80.

Para MENDES (2004, p.274):

O período de 1961 a 1973 foi o do crescimento acelerado. O produto interno Bruto (PIB) brasileiro, que era de apenas US\$ 14 bilhões em 1960 (sem considerar a desvalorização do dólar, evidentemente), cresceu a uma taxa média anual de 8% (foi até maior no sub-período de 1968-1973, o do “milagre”, cuja taxa média foi de 11% ao ano), a inflação se situava em 37% ao ano e as exportações cresciam 18% ao ano. Em 1972, a dívida externa estava em apenas US\$ 9,5 bilhões, ou seja, o Brasil cresceu sem se endividar. O início da “desgraça” ocorreu no período de 1973 a 1979, devido ao primeiro choque do petróleo, quando o preço do barril saltou de US\$ 2,5 para US\$ 12,5, em 1973. Como o Brasil consumia cerca de um milhão de barris por dia, mas só produzia 170 mil barris/dia, o volume médio diário importado era de 830 mil barris. De um momento para o outro, o país passou a gastar US\$ 8,3 milhões a mais por dia. Essa elevação no preço do petróleo forçou o Brasil a aumentar os gastos com importação de US\$ 4,2 bilhões em 1972 para mais de US\$ 18 bilhões em 1979.

É impossível falar do desenvolvimento econômico e social do país, sem observar o passado e perceber a influência e o reflexo nos dias atuais.

Para MENDES (2004, p.275):

A década de 1980 começou com dois acontecimentos terríveis para a economia brasileira: o segundo choque do petróleo no final de 1979 e elevação das taxas de juros no mercado internacional, provocada pelos Estados Unidos. Devido ao segundo choque no petróleo, cujos preços alcançaram mais de US\$ 30,00 por barril (a preços de hoje equivaleriam a mais de US\$ 60,00 por barril), o Brasil promoveu três importantes medidas de ajuste energético.

Para tentar resolver o problema da década perdida, algumas medidas tomadas pelo governo naquela época, como a diminuição da importação do petróleo, aumento da produção interna e estímulo à produção de álcool foram uma das soluções encontradas. Nesse período havia altas taxas de desemprego, inflação, queda da renda per capita, a dívida externa aumentava e o Brasil estava diante de uma profunda recessão, por esse motivo ficou conhecida como a década perdida havendo aumento da taxa de juros no mercado internacional e diminuição do preço das *commodities*.

Nessa mesma década através do Decreto Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988 foi instituída as Zonas de Processamento de Exportação, a finalidade era pertinente, mas a demora em colocar em prática não ajudou.

O Plano Real faz parte da década de 90 quando no ano de 1994 permitiu a estabilidade da moeda e a melhora gradual de uma economia que há 10 anos estava estagnada. Na década de 90 houve mudanças positivas no Brasil, apesar de que muitas pessoas tiveram dificuldades em percebê-las. (MENDES, 2004, p.276).

De um modo geral o desenvolvimento do país atrasou em muitos aspectos e a questão social ficou no esquecimento, mesmo porque em 30 anos a população do Brasil passou de 93 milhões de habitantes em 1970 para 170 milhões no ano de 2000. (IBGE, 2010). Parte da população vivia em áreas rurais e o desenvolvimento social não acompanhou.

Para ALVES (2002, p.37):

Nos últimos 40 anos, nossa indústria cresceu, nos tornamos uma nação moderna e chegamos a ocupar, em 1988, a nona posição no mundo em termos de produção interna e a sétima em produção especificamente industrial. No entanto hoje há mais miséria e miseráveis entre nós do que quando mal saíamos da fase de país essencialmente agrícola.

O problema persiste até os dias de hoje mas os últimos governantes mantiveram o compromisso com a estabilidade da moeda, com isso elevou-se o grau de confiança para investimentos estrangeiros no país atraindo novas empresas. Ainda assim a falta de mão de obra, sistema tributário complexo e oneroso, corrupção, burocracia em abertura de empresas, problemas logísticos, educação de baixa qualidade e saúde precária, impedem o desenvolvimento econômico e social sustentável e rápido do país. Em meio a tudo isso está as ZPE que deveriam estar operando há pelo menos 25 anos e ajudando a diminuir alguns desses problemas, principalmente nas regiões menos desenvolvidas do Brasil.

Enquanto no Brasil as ZPE datam de 25 anos mundo a fora elas existem há mais de 50 anos, em 1986 havia 176 áreas como essas em 47 países, em 2006 havia 3.500 áreas em 130 países, em cada região houve efeitos diferentes, mas é possível confirmar o desenvolvimento de países asiáticos com essa metodologia. (BANCO MUNDIAL, 2011, p.1).

Para ALVES (2002, p.39):

O poder público tem gerado serviços exatamente como os empresários: pensando, em primeiro lugar, na rentabilidade. Por isso, tem operado de forma displicente quando presta serviços ligados a educação, saúde, saneamento básico, transporte de massa, moradia popular e outros, tão importantes na determinação da qualidade de vida de cada um de nós. Aliás, muitos deles nem são doados à população, como deveriam e ocorre nos países desenvolvidos, mas vendidos indiretamente, através de empresas particulares contratadas para executar esses serviços.

Em termos reais o que se sabe sobre o andamento das Zonas de Processamento de Exportação é que a ZPE de Cáceres no Mato Grosso além de estar adiantada nas obras, vai contar com a facilidade da hidrovia Paraguai-Paraná bem como uma estação de Transbordo de carga (ETC), todos esses pontos contribuíram para que a ZPE de MT despertasse o interesse de 19 indústrias para instalar-se na região um investimento aproximado de R\$ 115 milhões. Na região Nordeste, o destaque é para Parnaíba – PI acredita-se que seja a primeira a operar dentre as seis mais adiantadas; No Ceará após a conclusão da ZPE de Pecém a Companhia Siderúrgica de Pecém irá se instalar, com investimento de cerca de US\$ 5,1 bilhões estima-se que o impacto no PIB do estado seja de 12%; Bataguassú – MS também está em fase final; Outra siderúrgica que está confirmada é a SILAT – Siderúrgica Latino Americana um investimento aproximado de US\$ 1 bilhão na fase de instalação. No Acre o diferencial é a proximidade com alguns países da América do Sul como Bolívia, Venezuela, Peru e já possui empresas interessas em instalar-se na região (ABRAZPE, 2013).

5 CONCLUSÃO

O resultado da pesquisa constata que as Zonas de Processamento de Exportação de maneira geral visa o aumento das exportações com a geração de emprego e desenvolvimento de algumas regiões do país. Também é possível constatar áreas destinadas à exportação com essa finalidade com diferentes nomenclaturas estão presentes há pelo menos 20 anos em diversos países sendo responsáveis por empregar milhões de pessoas, através da industrialização. No Brasil o modelo utilizado para formatar as Zonas de Processamento de Exportação (ZPE), possui claramente premissas do modelo macroeconômico Keynesiano, em todas as finalidades descritas na legislação de embasamento legal. O governo ao suspender impostos, incentivar entrada de capitais estrangeiros, instituírem percentuais para exportação dentre muitos outros, confirma que tem poderes exclusivos para interferir na economia com a intenção de fomentar o crescimento, manutenção de empregos, produção nacional entre outros.

Em relação ao efetivo funcionamento das Zonas de Processamento de Exportação alguns fatores como a demora na conclusão das obras como a infraestrutura básica (áreas adequadas, terraplanagem, esgotos, energia, água, telefonia, estradas, portos, aeroporto), licenciamento ambiental, disponibilidade de entreposto aduaneiro por parte da Receita Federal, ajustes na legislação entre outros podem ter contribuído pela maneira como passou

despercebida por inúmeras crises, planos econômicos, mudanças de regimes governamentais até despertar em um dos períodos mais críticos da economia mundial.

Sendo assim as Zonas de Processamento de Exportação no Brasil podem ser consideradas a jabuticaba da industrialização, enquanto o mundo todo assumiu o risco e aprendeu com os erros, criou empregos, gerou desenvolvimento, gerou questionamentos entre outros, a ZPE parou nas críticas feitas pela mídia e especialistas, muitas delas condizentes mas pouco pró ativas, pois se os problemas foram apontados, as soluções poderiam ter sido levantadas. O Brasil está vinte e cinco anos atrasado, algo que pode dar certo com planejamento, empresas adequadas, legislação adequadas à economia atual, envolvimento e dinamismo dos políticos, empresários e sociedade em prol da reindustrialização do país ou seja se houver união de forças essas áreas podem dar ótimos frutos. Observando o lado positivo da demora, se o país aprendeu com os erros dos outros, não terá sido tempo perdido, mas sim pode ser considerado um tempo de teste pelo menos pra compensar o excesso de cautela.

8. REFERÊNCIAS

ALVES, J.F. **Metrópoles Cidadania e Qualidade de Vida**. 16 ed. São Paulo: Moderna, 2002.

DOWBOR, L. **A Formação do 3º Mundo**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FURLAN, F.L. **Passaporte para o Mundo**. 1 Ed. São Paulo: Nobel, 2006, p 8-15.

KRUGMAN, P.R; OBSTEFELD, M. **Economia Internacional : Teoria e política**. 5. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2004.

MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Economia Fundamentos e Aplicações**. 1. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

<http://.bcb.gov.br/pec/indeco/port/ie5-01.xls> Acesso em 09-07-13.

http://portal.mte.gov.br/caged_mensal/principal-4.htm#3. Acesso em 10/05/2013.

<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=74690&tit=Parana-e-o-terceiro-Estado-do-pais-que-mais-criou-empregos-em-abril>. Acesso em 10.05.2013.

<http://www.dieese.org.br/analiseped/2013/201305pedmet.pdf>. Acesso em 30.04.2013.

<http://www.worldbank.org/pt/news/feature/2013/01/18/Brazil-growth-export-competitiveness-investments-infrastructure>. Acesso em 20.05.2013.

<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=567>. Acesso em 20.05.2013.

<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=1&menu=3050>. Acesso em 20.05.2013.

http://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/2007/107B09_80_engl.pdf. Acesso em 20.05.2013.

<http://www.wepza.org> . Acesso em 20.06.2013.

<http://www.coface.com>. Acesso em 25.06.2013